

Liberdade vigiada

Com o virtual retorno da economia ao sistema de mercado, em consequência de generalizado descongelamento de preços, confiam os setores produtivos em uma adequada reordenação nas relações de custos e preços. Salvo por artificialismos prejudiciais, como uma política de juros altos para manter os ativos financeiros à distância da demanda, o programa de reajustamento adotado em 15 de janeiro já não dispunha de força coativa para segurar a expansão inflacionária.

Mas, ao desfazer-se do instrumental inorodoxo de curatela da economia, para deixá-la funcionar segundo as suas leis naturais, o Governo manteve sob o seu controle um certo grau de monitoramento dos preços, que passam a ser objeto de vigilância prévia. É assim que pretende evitar uma exacerbação inflacionária acima de limites justificáveis, embora a suspensão dos principais fatores de engessamento da economia deva produzir um novo impacto no crescimento dos preços. Espera-se que tal fenômeno, como a lógica faz crer, seja apenas circunstancial, logo dissolvido no conjunto das pressões econômicas.

Sob o ponto de vista das contas oficiais, o realinhamento das tarifas públicas bem acima dos índices inflacionários aumentará de modo significativo a transferência de recursos do setor privado para o Tesouro. Trata-se de ação típica de política monetária para evitar o crescimento do déficit público e, nesse passo, eliminar pressões adicionais sobre o desenvolvimento da inflação.

Malgrado sejam escassos os setores administrativos passíveis de cortes orçamen-

tários, porque as disponibilidades atuais da Uni-ao são suficientes apenas para manter serviços e obras essenciais, assim também o pagamento de pessoal, aguarda-se algum esforço governamental para reduzir as despesas da máquina do Estado, principalmente na área reservada aos oligopólios sob controle das empresas estatais.

Porém, a volta à teoria econômica clássica, fundada na liberdade de produção e na oscilação natural dos preços, necessita de alguma forma de controle via ações oficiais. Semelhante precaução é imposta pela realidade, uma vez que o País experimenta um período de anormalidades graves no sistema econômico e, mesmo em conjunturas favoráveis, sempre houve manobras especulativas criminosas.

De forma alguma seria tolerável o aproveitamento da liberalização agora em prática para o exercício de ambições desmedidas na estimação de custos e preços. Em qualquer sistema não sujeito ao planejamento central da economia, válido em todas as democracias ocidentais, a liberdade econômica encontra suas limitações no respeito ao interesse social, que urge preservar como salvaguarda indispensável à sobrevivência do próprio funcionamento do mercado.

O Brasil não escapa a essa regra, ou pelo menos não deveria escapar. Há um vasto arsenal burocrático e um conjunto de leis específicas, inclusive de proteção à economia popular, capazes de coibir a especulação e impedir o enriquecimento ilícito em decorrência da fixação abusiva de preços no nível do consumidor.